

ANEXO X:

Apresentamos, abaixo, as soluções adotadas e as respectivas justificativas ou detalhamentos para cada uma das ressalvas e observações relacionadas a aspectos técnicos do projeto apontadas na NOTA TÉCNICA SEI Nº 12828/2025/COETI/GEREF/SUFER/DIR/ANTT e no OFÍCIO SEI Nº 47134/2025/COETI/GEREF/SUFER/DIR-ANTT.

As ressalvas apontadas pelo Comitê foram as seguintes:

“I - Que a Concessionária substitua os seminários presenciais originalmente previstos por webinars online, o que não configura alteração do objeto nem dos produtos essenciais do projeto, sendo ajuste operacional do meio de execução, com vistas a ampliar o alcance educacional, potencializar a difusão do conhecimento produzido e maximizar o impacto institucional do projeto, sendo mais aderentes aos objetivos aprovados e a lógica digital incorporada ao Plano de Trabalho, dando acesso, inclusive à outros atores do setor ferroviário. Contudo, caso os seminários sejam indispensáveis, deve-se apresentar fundamentação e a vantajosidade contra os webinares online.”

Solução: Workshop e Seminário em formato híbrido (online/presencial)

Justificativa: As atividades em formato híbrido, realizadas simultaneamente, presencialmente e online, conseguem aproveitar os benefícios de ambos os formatos. Entendemos a ressalva apontada como um ponto importante para o aperfeiçoamento do evento proposto, amplificando seu alcance, mas consideramos também que haveria uma perda substantiva quanto à possibilidade de participação da comunidade local, incluindo alunos da rede pública de ensino (um dos focos prioritários das ações do projeto). O Cedeplar/UFGM tem vasta experiência na realização de atividades híbridas e a escolha por esse formato diz respeito justamente à possibilidade de uma participação ampliada de diferentes atores e públicos nas apresentações e debates, sem prejuízo da imersão que a atividade presencial permite para a equipe envolvida e, mais importante, a possibilidade de com uma atividade presencial, a comunidade local pode ser mais facilmente diretamente mobilizada, incluindo formadores de opinião, funcionários públicos, professores e, muito particularmente, alunos da rede pública. Esses públicos poderiam ter acesso facilitado ao evento, que será divulgado e organizado com o apoio do Campus Cultural da UFGM, na cidade de Tiradentes, e não apenas por meio de um link digital, que demanda condições de acesso específicas e nem sempre amplamente disponíveis.

Podemos ressaltar, ainda, os prejuízos específicos que entendemos decorreriam de um evento puramente online, com base em nossa experiência de atuação na cidade de Tiradentes, por meio da colaboração entre professores do Cedeplar/UFGM e a Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade, que coordena o Campus Cultural da UFGM naquela cidade. Nos vários eventos presenciais (alguns com participantes online) organizados na cidade durante a gestão do coordenador da presente proposta, como Superintendente de Operações da referida fundação, contamos sempre com um público expressivo de participantes da comunidade local e, em especial, de alunos e professores da rede pública de ensino. Essa experiência nos permitiu compreender um processo comum em eventos que envolvem debates acadêmicos e comunidade local, que é a participação

limitada nos debates durante o evento, mas o forte interesse em estabelecer uma conversa mais informal e compreender melhor questões específicas nos intervalos do evento ou assim que as sessões se encerram. Em particular em relação aos professores e professoras da rede pública local, essa interação local se mostrou particularmente importante, uma vez que diversos temas levantados por participantes desses eventos que já organizamos na cidade, relacionados à história local, acabaram sendo levados às salas de aula posteriormente e esses relatos nos chegaram a partir desses contatos estabelecidos e das conversas e trocas de experiências abertas nesses espaços informais gerados pelos eventos presenciais. Entendemos assim que os eventos propostos no presente projeto, uma vez que o foco da proposta é antes de mais nada subsidiar ações educacionais de interesse para a memória ferroviária, ofereceriam uma oportunidade fundamental para essa interação mais direta com a comunidade local e, em especial, com esses professores da rede pública de ensino fundamental e médio das cidades de Tiradentes e São João del-Rei, que não teria eficácia similar caso o evento seja realizado apenas no formato online.

Insista-se, por fim, que a experiência do Cedeplar/UFMG na realização de colaborações on-line é muito anterior à pandemia e sempre incluiu a mobilização de equipes nacionais e internacionais em eventos. É exatamente essa longa experiência que nos permite hoje entender bem as potencialidades e limitações desse formato e continuar realizando eventos que incluam a componente presencial e privilegiem, sempre que possível, o formato híbrido, que aqui defendemos como o mais adequado para o projeto. A ideia é maximizar o público, a diversidade de expositores, mas também de participantes do debate, incluindo profissionais ligados à concessionária e à ANTT, bem como outros atores do setor ferroviário, mas também assegurar uma dinâmica de imersão para a equipe do projeto e um conjunto principal de expositores. Expositores e participantes da comunidade local poderiam assim ser colocados em contato direto com a comunidade local e ao mesmo tempo viabilizar um efeito de transbordamento que se complementaria com outras reuniões de trabalho, possíveis trabalhos de campo relacionados ao complexo ferroviário na localidade em que o evento se realizará, e compreensão mais direta da realidade local, o que em impacto direto na qualidade das discussões e no efeito de imersão que aqui chamamos atenção. Nesse sentido, entendemos que o formato híbrido apresenta vantagem em relação aos webinários puramente online e solicitamos que nossa justificativa seja acolhida.

"II - Quanto ao anexo "Lista de bens, produtos e estudos com previsão de transferência" é importante que os projetos de RPMF não apresentem demandas diretas à ANTT. Portanto, a observação relacionada ao Mem B2 que sugere "Quanto ao Bem B2, sugere-se ainda que parte da tiragem seja disponibilizada pela ANTT5. para distribuição a Escolas de ensino fundamental e médio e bibliotecas públicas de Tiradentes e São João del-Rei, bem como a bibliotecas universitárias e públicas de Minas Gerais." deve ser reapresentada pela concessionária indicando que esta será a responsável pela distribuição, ou a própria UFMG, ou CEDEPLAR, sem que os custos relacionados a distribuição sejam inseridos no projeto.

Solução: Foi introduzida uma observação no "Anexo 7 - Lista de bens (dez25)"

Detalhamento: Quanto ao Bem B2, o Cedeplar/UFMG, em conjunto com o Campus Cultural da UFMG, dispõe-se a se responsabilizar, caso seja de interesse da ANTT, pela distribuição dos exemplares para escolas de ensino fundamental e médio e bibliotecas públicas de Tiradentes e São João del-Rei. Parte da tiragem poderá, inclusive, ser disponibilizada a interessados do público local e a visitantes da cidade de Tiradentes, a partir dos equipamentos culturais ligados à UFMG na cidade, como o Museu Padre Toledo.

Em relação aos aspectos técnicos identificados pela COETI, as soluções adotadas e as devidas justificativas ou detalhamentos foram os seguintes:

“I - O plano de trabalho deverá ser revisado, para corrigir falhas. Como exemplo, informa-se que o item 1.1.1 menciona o inciso IV do artigo 5º da Resolução 6.021/2023 "Educação voltada aos aspectos de interesse artístico, histórico ou cultural do setor ferroviário, incluindo atividades nas estações ferroviárias ou proximidades.”” CONTUDO esse item é na verdade o Tema prioritário 5 da Deliberação ANTT nº 169/2024 listada em 1.1.2. É necessário atualizar o objetivo geral, pois ele se confunde com a Justificativa do projeto.”

Solução: O Plano de Trabalho foi revisado considerando todas as observações apontadas

Detalhamento: Os itens “1 DESCRIÇÃO DO PROJETO / 1.1 Título do Projeto / 1.1.1 Linha preservação da memória ferroviária e 1.1.2 Temas”, bem como “1.2 Objetivos / 1.2.1 Objetivo Geral e 1.2.2 Objetivos Específicos”, e “2 JUSTIFICATIVA” receberam nova redação, corrigindo os problemas identificados e contribuindo para a clareza do texto.

“II - Atualizar a justificativa do projeto, destacando o objetivo principal e os produtos gerados. Não é necessária a informação relacionada a instituição executora na justificativa do projeto.”

Solução: O Plano de Trabalho foi revisado considerando todas as observações apontadas

Detalhamento: O item “2 JUSTIFICATIVA” recebeu nova redação, corrigindo os problemas identificados, suprimindo informações desnecessárias e, de forma geral, contribuindo para a clareza do texto.

“III - Considerando o texto complementar do plano de trabalho "O ano contratual a ser considerado (e que se encontra espelhado no cronograma físico-financeiro em anexo), considera o período de 01/02/2026 a 28/07/2026 para o 1º ano do projeto (6 meses); de 29/07/2026 a 28/07/2027 para o 2º ano do projeto (12 meses); de 29/07/2027 a 28/07/2028 para o 3º ano do projeto (12 meses); e de 29/07/2028 a 28/07/2029 para o 4º ano do projeto (12 meses), completando os 42 meses de duração total." verifica-se provável erro no entendimento quanto ao Ano Contratual, dado que em julho de 2026

finda-se o Ano 4 e não o Ano 3. Portanto, o cronograma financeiro, bem como plano de trabalho e outros documentos técnicos deverão ser reapresentados com as correções.”

Solução: O Plano de Trabalho” e o “Cronograma Físico-Financeiro” foram revisados considerando as observações apontadas

Detalhamento: Os anos contratuais foram alterados no Plano de Trabalho” e no “Cronograma Físico-Financeiro” e a redação do trecho citado no Plano de Trabalho foi melhorada de forma a assegurar a clareza do texto.

“IV - A Taxa de Administração - IPEAD/UFMG foi calculada como de 25% referenciando a RESOLUÇÃO No 01/2020, DE 05 DE MARÇO DE 2020 que "Disciplina critérios para a participação de servidores e para a concessão de bolsas no âmbito dos projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico, cultural, tecnológico e estímulo à inovação, desenvolvidos com a colaboração das Fundações de Apoio da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e revoga a Resolução no 01/2011, de 11 de março de 2011." contudo, naquele documento, não foi possível identificar o valor de 25% cobrado como taxa para o projeto, devendo ser fundamentado e inserido na documentação o texto que permite tal cobrança ou recalculado. Anteriormente, em documentação anteriores, o valor da taxa foi de 22%.”

Solução: Inclusão de documentos que especificam, fundamentam e justificam os valores cobrados a título de Taxa de Administração

Justificativa e Detalhamento: Tal qual detalhado na Justificativa Técnica apresentada pela Fundação IPEAD para qualificar a Taxa de Administração de 25% (em anexo), vale dizer aqui que a estrutura da taxa apresentada no projeto reflete, simultaneamente, as exigências legais e institucionais da UFMG e a complexidade administrativa, técnica e financeira inerente à gestão, pela Fundação IPEAD, de um projeto de grande porte, como o em questão. A rubrica identificada como “Taxa de Administração – IPEAD/UFMG” compreende, portanto, tanto as taxas da Fundação IPEAD quanto as devidas à UFMG (fixadas pela Resolução nº 13/2022), as quais são recolhidas pela Fundação e posteriormente repassadas à Universidade, conforme a normatização vigente.

O recolhimento das taxas devidas à UFMG encontra fundamento direto na Resolução nº 13/2022, que regulamenta as Atividades Acadêmicas realizadas com recursos externos e estabelece o ressarcimento à Universidade como forma de contrapartida financeira pelo uso de sua infraestrutura física, administrativa e de seu capital intelectual. Tal ressarcimento decorre, entre outros fatores, da utilização das instalações e serviços institucionais, do suporte administrativo e acadêmico, bem como da participação de docentes, técnicos e discentes vinculados à Universidade e da própria vinculação institucional do projeto à UFMG.

Nos termos dos artigos 11 e 12 da referida Resolução, incidem sobre o valor total dos recursos obtidos percentuais destinados à Administração Central da Universidade (2%) e à Unidade Acadêmica ou órgão de origem do projeto (mínimo de 10%).

No que se refere à atuação da Fundação IPEAD, esta compreende o conjunto de serviços típicos de uma fundação de apoio à universidade, incluindo a gestão administrativa, financeira, contábil e jurídica do projeto; a formalização, execução e acompanhamento

de contratos e instrumentos congêneres; a realização de processos de compras, contratações e pagamentos; a gestão de recursos humanos vinculados ao projeto; o apoio à prestação de contas e ao atendimento das exigências dos órgãos de controle; bem como a articulação institucional entre a Universidade, os coordenadores acadêmicos e as entidades financiadoras, assegurando a conformidade normativa, a eficiência operacional e a adequada execução das atividades previstas.

A proposta financeira apresentada pela Fundação IPEAD é definida caso a caso, variando conforme o grau de complexidade administrativa e operacional do projeto, o tempo de vigência, o volume de recursos envolvidos e os riscos inerentes à execução, incluindo aqueles de natureza tributária, trabalhista, previdenciária e contratual, entre outros. Essa metodologia visa assegurar a sustentabilidade da gestão, a mitigação de riscos institucionais e a adequada prestação dos serviços de apoio necessários.

Especificamente em relação ao projeto em questão, a Fundação IPEAD apresentou inicialmente uma proposta financeira que, somada às taxas previstas na Resolução nº 13/2022, resultava em um percentual global de 22%.

Versões anteriores da documentação preparada pelo Cedeplar/UFMG estipularam o cálculo das taxas no formato estabelecido pela “Resolução UFMG nº 13/2022”, ou seja, incidindo “sobre o valor total dos recursos obtidos”. Contudo, a indicação preliminar da ANTT de que deveria ser adotado um padrão distinto de cálculo das taxas administrativas alterou significativamente a base de incidência originalmente considerada.

Essa é a razão pela qual foi primeiro apresentada uma taxa de 22% e, posteriormente, na versão finalmente analisada pelo Comitê, uma taxa de 25%.

A título de informação complementar, foi incluída também a “PORTARIA CONJUNTA Nº 200, DE 2 DE OUTUBRO DE 2025”, publicada no Diário Oficial da União e assinada pelo SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e a SECRETÁRIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS ESTRATÉGICOS DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, que credencia a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (IPEAD), para atuar como fundação de apoio à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), estando portanto a referida fundação plenamente qualificada para atuar no âmbito do que segue estabelecido pela Resolução UFMG 13/2022 no seu Art. 2º, no âmbito das “Atividades Acadêmicas Institucionais” da universidade.

“V - Foi apresentado cronograma complementar, não padronizado como demanda a Portaria SUFER nº 17/2023, devendo ser removido da nova apresentação da documentação. Esse é o "Cronograma físico-financeiro resumido com cronograma de desembolsos contra produtos (nov 2025)". No plano de trabalho poderá ser apresentada dada da entre dos produtos, ou ainda no Anexo relacionado aos bens.”

Solução: O documento anexado erroneamente foi suprimido

Detalhamento: Como sugerido, a informação relativa ao cronograma de desembolso proposto foi incluída lateralmente no plano de trabalho no item relativo aos produtos.

“VI - No cronograma físico-financeiro os totais do projeto não encontram-se nas colunas específicas, devendo ser corrigidos para o padrão na próxima apresentação.”

Solução: As colunas foram deslocadas para o local adequado no “Cronograma Físico-Financeiro”

Considerando ainda o exposto no OFÍCIO SEI Nº 47134/2025/COETI/GEREF/SUFER/DIR-ANTT, de que:

“Finalmente, considerando o valor total aprovado para o projeto de R\$ 3.042.449,91 registra-se que eventual alteração da data de início que impacte nos valores apresentados por ano contratual, implicará na necessidade de envio integral da documentação técnica, atualizada, sendo admitida exclusivamente a atualização da data de início, da distribuição do valor aprovado ao longo dos anos contratuais e a adequação do cronograma físico-financeiro, conforme disposto nos Anexos da Portaria SUFER nº 17/2023 e o que fora demandado nos parágrafos 4 e 5 deste ofício.7.”

Esclarecemos que as modificações introduzidas não provocaram alterações no valor total da proposta, na data prevista para o seu início, nem tampouco na distribuição de valores entre os anos contratuais.